

## **DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E GEOGRAFIA NO CONTEXTO ESCOLAR: construindo possibilidades para um novo olhar em relação aos povos originários**

SILVA, Jessica Silveira da <sup>1</sup>  
COSTA, João Pedro Silva da <sup>2</sup>  
SILVA, Gustavo Queiroz da <sup>3</sup>  
MESQUITA, Maria Goretti da Silva <sup>4</sup>  
MADUREIRA, Nila Luciana Vilhena<sup>5</sup>

**RESUMO:** Atualmente pouco se tem discutido sobre as relações étnico-raciais no processo educativo do ensino básico, a partir do ensino da Geografia. Objetivou-se discutir a lei que torna obrigatório a inclusão da história e da cultura indígena no currículo da educação básica, a fim de trabalhar a questão indígena concomitante aos conteúdos da geografia escolar para além da simbologia, dentro de uma perspectiva crítica e reflexiva junto aos educandos. Através de uma prática pedagógica diferenciada, que visa combater a exclusão e a desigualdade étnica. A prática foi mediada pelo Programa Residência Pedagógica e desenvolvida em uma escola Municipal, localizada na cidade de Augusto Corrêa, nordeste paraense, com alunos do sexto ano. A realização deu-se através de uma palestra educativa, com uso de imagens, atividade de pintura, e produção textual sobre o cotidiano do indígena. A partir da construção das diversas narrativas e reflexões desenvolvidas em sala de aula, os alunos demonstraram e conseguiram identificar elementos da cultura indígena presente no seu cotidiano. Portanto, pode-se perceber a importância de desenvolver em sala de aula práticas de ensino que garanta um aprendizado significativo, comprometido com a igualdade étnica e justiça social para com os povos originários.

**PALAVRAS-CHAVE:** diversidade; ensino de geografia; cultura indígena.

### **1 INTRODUÇÃO**

Há 16 anos tornava-se obrigatório a inclusão da história e da cultura indígena no currículo escolar do ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas brasileira, através da lei 11.645 de 10 de março de 2008. A lei surgiu em um contexto

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Geografia, Bolsista no Programa de Residência Pedagógica, IFPA, *Campus* Bragança, jessicasilveira2407@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia, Bolsista Voluntario no Programa de Residência Pedagógica, IFPA, *Campus* Bragança, j.pedrosilvcosta@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em Licenciatura em Geografia, Bolsista no Programa de Residência Pedagógica, IFPA, *Campus* Bragança, @gmail.com

<sup>4</sup> Professora, Preceptora, Bolsista no Programa de Residência Pedagógica, IFPA, *Campus* Bragança, mesquitageo@gmail.com

<sup>5</sup> Professora Orientadora, bolsista no Programa de Residência Pedagógica, IFPA, *Campus* Bragança, nila.madureira@ifpa.edu.br

em que havia clareza a necessidade de combater de forma sistêmica o racismo, o preconceito e a discriminação, através da educação.

Desde a implementação muito são as tentativas para tornar essa lei efetiva, e muitos são os desafios para alcançar os objetivos. Estamos caminhando a passos lentos para a efetivação, porém é notório que a lei possibilitou uma nova maneira de encarar os desafios em relação aos conhecimentos e histórias da cultura indígena, ganhando outro nível, possibilitando debates e iniciativas interessantes para tratar a questão étnico-racial no contexto escolar. Mesmo que de forma desigual, muitas escolas de diferentes regiões do Brasil têm trabalhado essa questão, mesmo diante de inúmeras dificuldades. Assim, não tem como negar a contribuição positiva desta lei e de sua implementação até os dias atuais.

É consenso que mesmo após 16 anos, ainda existe um longo caminho para o tema ser tratado com mais seriedade nas escolas, pois conhecer a história e cultura dos povos originários é a melhor forma para construirmos um país verdadeiramente democrático, plural, com espaço para toda a diversidade de culturas e histórias dos diferentes povos. Uma das razões que corrobora para os desafios da efetivação da lei por parte dos docentes é a falta de material didático ou formação para se tratar a temática como tema transversal.

Trabalhar a diversidade étnico racial na escola é contribuir para a transformação da educação brasileira, visto que para a escola ser um espaço seguro para todos, deve-se garantir a valorização das diferenças e da riqueza que a diversidade traz. Logo a inserção dessas pautas em sala de aula, permite ao aluno a consciência crítica acerca da realidade, além de permitir ao indivíduo ser agente de transformação social, ou seja, compreender a sociedade a qual ele faz parte e a partir desse entendimento agir sobre ela (Freire, 2011).

A medida que o aluno passa ser crítico, logo torna-se capaz de identificar o impacto de sua cultura e sua singularidade na comunidade na qual está inserido. E consciente das suas ações, percebe sua importância na sociedade, e assim podendo transformar sua realidade.

A escola é um espaço de socialização, do encontro da diversidade e seu papel é possibilitar a construção do conhecimento. Com base nesse pressuposto, a disciplina Geografia se destaca, pois através de seu estudo é possível compreender o mundo em que se vive, uma vez que esse componente curricular estuda as relações

humanas construídas nas diversas sociedades, desse modo contribuindo para a formação do conceito de identidade expresso nas mais diversas formas. Sendo assim, a aprendizagem em geografia favorece o conhecimento da diversidade étnico-racial e dos diferentes grupos sociais pautado no respeito a diversidade e combate as diversas formas de preconceito.

Diante do exposto, este trabalho enfatiza a importância de incorporar à prática docente, novas metodologia de ensino que dialogue com a sociedade pluriétnica e pluricultural, para construção de uma pedagogia do pertencimento. A questão não é trabalhar a temática de forma simbólica, mas para além disso fazer o aluno refletir a importância de valorizar a suas raízes, despertar o sentido identitário nos sujeitos e criar possibilidades para uma sociedade mais justa e igualitária.

A atividade foi desenvolvida com alunos do 6º ano do ensino fundamental (turmas 601 e 602), da escola Municipal Professora Rosa Athayde, situada no município de Augusto Corrêa, no nordeste paraense, através de uma palestra sobre a questão indígena com aplicação de uma prática pedagógica onde combinou pintura e produção textual. A escolha em abordar a temática com enfoque nos povos indígenas nas aulas da disciplina geografia deu-se devido a possibilidade de trabalhar a temática concomitante aos Conceitos Geográficos: identidade, lugar, paisagem, Espaço e território.

O fato da escola se localizar na região amazônica, reforça a importância desse trabalho, haja vista que os amazônidas, não têm um espaço de representatividade nas diversas narrativas, principalmente as apresentadas nos livros didáticos. Logo, esse fato interfere na maneira como milhares de estudantes irão construir leituras de si e do mundo o qual está inserido. Logo percebeu-se a necessidade de trabalhar a questão indígena na sala de aula, pois o povo e a cultura indígena estão presentes no seu dia-a-dia e está fortemente ligado à identidade enquanto paraense.

Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (2023), conforme o censo demográfico de 2022, a Região Norte concentra o maior número de indígenas do país, representando 44,48% da população indígena nacional. O Estado do Pará tem 80.974 mil indígenas, representado 1% da população do estado, correspondendo a 8.116.132 habitantes, sendo este o 6º estado com mais indígenas autodeclarados.

Portanto, trata-se de uma possibilidade para que crianças e jovens de vários lugares do mundo conheça a Amazônia e suas particularidades, principalmente ao se

tratar do espaço habitado. É preciso deixar claro para a nova geração o valor da igualdade, da liberdade, do respeito com o próximo, da identidade cultural da qual fazemos parte e que se encontra presente e atuante.

## 2 METODOLOGIA

A prática pedagógica descrita neste trabalho foi desenvolvida através do subprojeto Interdisciplinar entre as Licenciaturas em Educação do Campo e Geografia, por intermédio do Programa de Residência Pedagógica, com alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-Campus Bragança (IFPA). Como uma forma de oportunizar a inserção dos licenciados no cotidiano das escolas públicas e proporcionar a sua participação em experiências metodológicas e práticas pedagógicas que colaborem na formação da identidade e na práxis docente.

A atividade aconteceu no final do primeiro bimestre de 2023, em alusão ao mês dos povos indígenas como forma de promover o conteúdo curricular de identidade, paisagem, lugar e espaço geográfico, especificamente no enfoque amazônico. Foi desenvolvida com os alunos do 6º ano do ensino fundamental (turmas 601 e 602), da Escola Municipal Prof. Rosa Athayde, localizada na cidade de Augusto Corrêa, nordeste paraense. A mesma refere-se ao ensino da geografia e as relações étnico-raciais e compõe-se em quatro momentos: levantamento bibliográfico, leitura da BNCC com enfoque no ensino da geografia, planejamento da palestra, planejamento da prática pedagógica e por último a execução com o desenvolvimento da atividade proposta.

No primeiro momento, foi feita a seleção e organização do conteúdo através de um levantamento bibliográfico minucioso sobre a questão indígena no Brasil, os indígenas na Amazônia no século XXI, a importância da cultura indígena na formação da sociedade brasileira, as heranças indígenas presente no nosso cotidiano, os diversos territórios indígenas, suas lutas no contexto atual e as representações indígenas na nossa sociedade com destaque para a Sonia Guajajara e Daniel Mundurucu.

No segundo momento foi feita a leitura da Base Nacional Comum Curricular (2017), onde tomou-se como base a competência 3, específica de Geografia voltado para o ensino fundamental anos finais, com enfoque na unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”, no objeto de conhecimento: identidade sociocultural, e na

habilidade (EF06GE02), que propõe “Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade com destaque para os povos originários”.

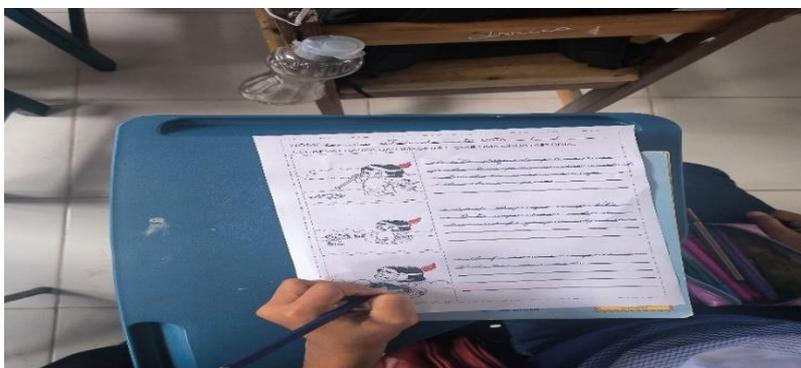
No terceiro momento, a execução da palestra e exposição do conteúdo teve como recurso didático datashow, notebook, slides com textos, mapas, imagens, além de um documentário que mostra o cotidiano de uma etnia pataxó, localizado no Mato Grosso do Sul.

No quarto momento, o desenvolvimento da prática pedagógica de assimilação, foi repassado aos alunos uma atividade impressa, solicitando a construção de uma historinha a partir da leitura e interpretação das imagens prontas, com registro do modo de vida indígenas. Foi solicitado uma produção subjetiva, proporcionando ao aluno inserir nas narrativas elementos do seu cotidiano, incentivando a imaginação. Ao final houve a socialização para a turma das diversas histórias produzidas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho revelou que há possibilidades para se trabalhar as relações étnico-racial através dos conceitos da Geografia como território, identidade, lugar, e espaço geográfico. A escolha em trabalhar a combinação entre desenho e texto foi pensada como possibilidade de aguçar a imaginação dos alunos, pois segundo Fantin “é preciso também acreditar no potencial da imaginação, presente no chamado conhecimento espontâneo da criança, sem preocupação exagerada de que os conteúdos devam ser concretizados para que sejam aprendidos” (2013, p.76). Dessa forma, construindo pontes entre o conteúdo teórico com suas experiências cotidianas.

Figura 01- Construção das narrativas.



Fonte: Autores, 2023.

Iniciou-se a palestra com 4 perguntas direcionadas aos alunos, quando se fala em “índio” o que vem sua cabeça? Você acha que todo “índio” é igual? Você acha que tem muito ou pouco indígena no seu estado? Desde a chegada dos colonizadores,

você acha que a quantidade de “índio” é a mesma? Obtivemos, como resposta: urucum, pinturas, arco e flecha, ocas, malvados, violentos, dança da chuva entre outras. Essas perguntas e as respostas foram essenciais para nortear o nosso diálogo no decorrer da palestra.

Figura 02- Slide utilizado na apresentação.



**cultura indígena**

- pinturas
- danças
- rituais
- alimentação
- brincadeiras
- Crença em lendas



Fonte: Autores, 2023

Foi utilizado o termo “índio” nas perguntas, pois sabíamos que grande parte dos alunos desconhecia a palavra indígena. Então para início de conversa explicamos que o dia do “índio” passou a ser chamado oficialmente dia dos povos indígenas através da lei nº 14.402, de 08 de julho de 2022, ressaltamos que quando se fala o termo “índio” estamos generalizando a diversidade de etnias indígenas existente e sua diversidade cultural, sugerindo que todo indígena é igual.

Notou-se que mesmo possuindo elementos da cultura indígena em nosso dia a dia enquanto amazônidas, os alunos não sabiam que a maioria de nossos hábitos como: Consumir tapioca, dormir na rede, andar de descalço, tomar banho de rio, comer bejú de mandioca e farinha de mandioca, sendo elementos essenciais do cardápio paraense. E estas são algumas heranças da cultura indígena que estão presentes no nosso cotidiano, sendo importantes na construção e no reforço da identidade local. Assim, “Toda informação fornecida pelo lugar ou grupo social no qual a criança vive é altamente instigadora de novas descobertas” (Castellar, 2000, p.32).

A palestra juntamente com as narrativas construídas, foram de suma importância pois possibilitou a reflexão, conhecimento sobre si mesmo, a importância de seu papel na sociedade, na luta pela igualdade, respeito às diferenças e na busca pela valorização de seus espaços de vivência. Em consonância a isso, discorre Claval.

Um aspecto importante na construção do indivíduo é a formação de sua identidade – uma identidade que sempre tem várias dimensões, porque ela é individual e coletiva, é que existe muitas vezes um encaixamento das identidades coletivas. Eu sou diferente dos outros, de meu pai, da minha mãe, de meus irmãos e irmãs, mas faço parte da mesma família. Tenho o sentido

de fazer parte de um grupo local, e de ser diferente da gente de fora (Claval, 2011, p.17).

Uma das turmas trabalhadas (601) era formada por alunos oriundos de comunidades rurais e extrativistas, sem acesso a smartphones e mídias sociais, realidade da maioria das comunidades rurais da Amazônia. Foi nítido o reconhecimento da cultura indígena em seu cotidiano, assim como em sua característica físicas.

Figura 03- Slide utilizado na apresentação.

## Culinária

Alimentam-se de produtos da roça, como mandioca, milho, e de peixe. Para eles, os peixes são muito importantes, pois são fundamentais para a realização de suas festas e são usados como objetos de troca.



Fonte: autores, 2023.

A diversidade de narrativas construídas pelos alunos ampliou coletivamente o entendimento sobre nossa cultura e respeito a diversidade, as expressões individuais, enriqueceram a discussão em sala de aula, propiciando um ensino/aprendizado significativo. Nota-se um certo descompasso na prática pedagógica de professores para o tratamento da questão étnico-racial, principalmente ao que tange ao docente de geografia. Não se pode vincular a temática apenas em data comemorativa, pois é necessário, uma intervenção significativa simultaneamente com os conteúdos ao longo das aulas.

Embora não seja obrigatório para a disciplina de Geografia trabalhar a questão étnico-racial em seus componentes curriculares, a disciplina tem um papel crucial na promoção da temática. Acredita-se que o professor de Geografia é um ser crítico, por isso deve promover práticas e debates que mostrem a potencialidade da população indígena, bem como sua contribuição para a sociedade. E permitindo visibilidades

para essa parcela da população que é invisibilizada em vários âmbitos da sociedade, e assim possibilitar um novo olhar para esses povos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina Geografia possibilita a compreensão do mundo em que se vive, e para fazer essa leitura os alunos precisam ser estimulados a desenvolver o raciocínio geográfico. Para isso é necessário superar a aprendizagem baseada apenas na descrição de informações, pois se restringir a isso não permite ao aluno novas formas de ver o mundo. É preciso ir além do livro didático, haja vista que este traz em suas narrativas uma visão eurocêntrica, distante da realidade dos sujeitos.

A prática pedagógica proposta buscou de certa forma conceber um processo educativo que fuja do tradicional, ao possibilitar um ensino de geografia crítico-reflexivo ao aliar as relações étnico-raciais em suas categorias de análise do espaço geográfico, para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos povos indígenas. Uma vez que a lei 11.645/2008 seja aplicada de forma adequada cria-se uma oportunidade de romper com a visão homogênea presente no mundo e no ambiente escolar. E assim, contribui para a construção de uma educação que preze a diversidade, identidade e igualdade étnica.

Diante do exposto, as identidades raciais não são estereótipos comemorativos, fantasiar os alunos com adereços da cultura indígena não é uma forma de homenageá-los e sim uma objetificação dos sujeitos. As identidades não devem virar objetos de fantasia, sendo lembrado apenas nas datas comemorativas, pois é uma pauta que deve ser debatida e refletida, principalmente no contexto escolar.

Segundo Henrique:

Claro que não se trata de definir qual modo de vida é superior ao outro. Cada povo humano pensa que seu modo de vida é superior ao outro. Isso é algo comum nas diversas culturas humanas. Até pode pensar assim, mas temos que aprender a respeitar as diferentes culturas, as diferentes maneiras de se viver no mundo (Henrique, 2012, p. 18).

Logo, é necessário que a escola e docentes incluam em seu planejamento diálogos, músicas, e brincadeiras que levem em consideração os saberes, tradições, e personalidades como uma maneira de reforçar o sentimento de pertencimento e corroborar na construção das identidades.

Desse modo entender a importância de se trabalhar a diversidade é um exercício fundamental, podendo ser trabalhado em diferentes níveis de escolaridade

principalmente com os alunos do ensino fundamental. No mais, ao abordar essa temática estamos falando de representatividade dos sujeitos, essa representatividade está em todos os âmbitos sociais e dentro de uma sala de aula não é diferente.

Portanto, acreditamos que a disciplina Geografia aliada com a temática e a proposta desenvolvida, é uma maneira coerente de compreender e explicar atividades da vida cotidiana dos alunos e sua territorialização, assim contribuindo de forma positiva na formação dos estudantes. Segundo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou sua construção” (Freire, 2011, p.24).

## 5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES)- código de financiamento 001. E contou com a colaboração da professora preceptora Maria Goretti Silva Mesquita. Além de toda a equipe de gestão Educacional da Escola Rosa Athayde, que acolheu e oportunizou a vivência do cotidiano escolar, e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará -Campus-Bragança, que com seu compromisso e engajamento com a pesquisa, ensino e extensão, disponibilizou recursos necessários para a execução e aprimoramento dos projetos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, v.01, n.48, 2008.

BRASIL. **Lei 14.402 de 8 de julho de 2022**. Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto-lei nº5.540, de 2 de junho de 1943. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/l14402.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14402.htm). Acesso em: 10 mar.2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CALLAI, H. C. **Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cadernos Cedes, v. 25, p. 227-247, 2005.

CASTELLAR, S.M.V. **A alfabetização em geografia**. Espaços da Escola, Ijuí,

v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.

CLAVAL, P. C. C. **Geografia Cultural**: um balanço. Geografia (Londrina), v. 20, n. 3, p. 005-024, 2011.

FANTIN, M. E.; TAUSCHECK, N. M.; NEVES, D. L. **Metodologia do ensino de geografia**. Editora Ibpex, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 40. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

HENRIQUE, M. C. **Índios na Amazônia do século XIX**- 1º ed. -Belém, PA: Editora Estudos Amazônicos, 2012.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: indígenas: primeiros resultados do universo / IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. il193. color.